

A cultura galega e a lusofonia

Quero começar esta intervenção colocando dois mendicantes, como contraste do que vou a constatar, da minha infância no lugarejo rural do meu nativo Podente, no princípio da década de cinquenta do século passado, naqueles anos de fome e racionamento alimentício na Espanha franquista. Os dois esmoleiros, sempre presentes no meu imaginário, são utilizados nesta palestra para contextualizar dois comportamentos bem opostos. O do esmoleiro D. Ricardo, natural da meseta castelhana e Lourenço, um português de Trás-Os-Montes, quando naquela situação de miséria os dois batiam nas portas da caridade. D. Ricardo (teve a ousadia de auto impor-se o dom), invocava esse egocentrismo tão tipificado no caráter centralista dos castelhanos, com o menosprezo ao idioma galego, a cultura e odiando tudo aquilo que não tivesse concorrência coa Castela, dominadora da velha Ibéria. Como diz o poeta Antonio Machado, nestes versos:

“Castilla miserable, ayer dominadora,
envuelta em sus handrajos desprecia cuanto ignora”.

Ainda Antonio Machado fez este juízo da Espanha cultivada pela velha Castela: “Na Espanha, de 10 cabeças, 1 pensa e as 9 acometem”.

D. Ricardo era dos que acometia e acumulava ódio castelhano contra o fôlego cultural dos galegos, que não se integravam ainda com as ameaças dos sátrapas ditatoriais da época. D. Ricardo estava muito longe de reconhecer os galegos como diferentes, com cultura própria, língua, psicologia, história e geografia bem diferente ao que ele expressava, ou ao que ele intentava que trocasse de orientação.

Mais o dinamismo do coitadinho Lourenço, o português, chocava com o estaticismo de D. Ricardo, e mesmo amava a idiosincrasia da Galiza, porque amava a Portugal e para ele a língua e a cultura galega eram uma prolongação da sua. Quando a gente do povo perguntava a Lourenço como era o Portugal transmontano, ele contestava que era a mesma coisa que a Galiza.

A Galiza, a pesar de ser uma nação assimilada e dominada pelo Estado espanhol desde 1482, a “Doma e castração da Galiza”, como menciona o cronista Zurira, quando os Reis Católicos invadiram a Galiza e proibiram as suas instituições, mas foi capaz de resistir até hoje por graça e vontade do idioma. Um idioma mediatizado pelo castelhano, que este introduziu parte da sua sintaxe e da sua grafia, durante os quatro longos séculos negros em que foi proibido o galego nas escolas, na igreja e na função pública. Só o povo do rural foi o que falou e preservou a língua e praticou todas as modalidades ancestrais da cultura galega, a pesar das programadas perseguições estatais.

No que respeita a detestar das normas centralistas espanholas, dominantes e atentatórias contra o que legitimamos como nosso, como herdo e pertença, os galegos criaram esse valor defensivo e, também ofensivo para não ser assimilados. Se calha, essa luta dualista: repúdio ao colonialismo espanhol e benquerença pela pátria comum lusófona, personaliza encantos e os desencantos nos que se perpetua a Galiza. Sobre a benevolência portuguesa e a maledicência espanhola, o dirigente nacionalista Daniel Castela (1886-1950), confirmou o amor por

Portugal e o ódio pela Espanha, quando fez referência às irmãs galegas, Inês e Joana de Castro, filhas do galego poderoso conde de Lemos, no século XIV, Joana casou com Pedro I O Cru de Castela e foi rainha só por uma noite, a de bodas, sendo repudiada pelo rei castelhano. Castelao sublinha: “Inês reinou em Portugal depois de morta (este é, justamente, o reinado firme da nossa língua e da nossa cultura além do Minho); Joana foi rainha de Castela em uma só noite morna de verão (este é o reinado efêmero do nosso espírito e o desvio aldrabeiro com que se pagou a nossa generosidade). (...) Dona Inês é o símbolo do nosso reinado além Minho. Porque os amores galaico-portugueses sempre foram trágicos, verdadeiros, não se borra o sangue que os afogou. Esse sangue trocou-se em fronteira de muito proveito para Castela e de muitos males para Portugal e a Galiza”.

Mas a nação comunitária do reino suevo, galaico-portuguesa, dadora duma cultura comum, duma antropologia e etnologia comum, duma história comum, assentada geograficamente dentro dumas limitações naturais que vão desde o Cantábrico ao rio Douro e desde as altas montanhas do Courel galego e do Marão português que nos separam de Castela até a fachada atlântica. No século XII, apareceram as ambições fracionárias de Castela e a independência de Portugal, e o rio Minho serviu e serve como inalterável fronteira política. Assim a Galiza ficava mesmo nos dentes devoradores de Castela. Mas o sentimento de comunidade imperava em galegos e portugueses e dum lado ao outro do Minho sempre houve anseios de voltar às origens nacionais do reino suevo. Um exemplo, o rei D. Dinis fez uma incursão militar que chegou a recuperar grande parte do território galego e unifica-lo ao de Portugal, conquistando mesmo a capital da Galiza, Santiago de Compostela. D. Dinis teve que recuar dado que as tropas muçulmanas avançavam pelo Sul, o rei priorizou atacar aos chamados infiéis e abandonar as posições táticas que tinha na Galiza.

Resulta muito interessante a evolução formativa da nossa cultura e da nossa língua, compêndio da comum identidade galaico-portuguesa. A sua grandeza a representam os Cancioneiros da enorme escola jogralesca dos eloquentes trovadores dos séculos XII e XIII. Os Cancioneiros pertencentes a toda a comunidade lusófona do mundo. Esse imenso monumento da literatura medieval galaico-portuguesa que perpetua os alvares mais gloriosos do nosso idioma comum. Mas coa divisão territorial a língua partilha-se entre um estado soberano e independente: Portugal e outro estado, o castelhano que domina a Galiza e a submete a uma colonização que lhe faz trocar o seu ritmo natural. Então, o idioma comum do Portugal independente evoluiu duma maneira dinâmica. Enquanto ao idioma da Galiza, suporta o domínio estático de Castela, rompendo assim o ritmo evolutivo que se dava na língua além do rio Minho. Por tanto a colonização castelhana na Galiza teve como imperativo de estragar a norma com a que gozava a fala comunal. E desde esse primeiro momento, a escrita galega começa a perder o seu rigor por causa da introdução do idioma castelhano.

Depois do desastre de 1482, reitero, o silêncio e a orfandade prevaleceram durante quatrocentos anos, período conhecido como os séculos escuros da nossa história cultural. Mas no século XIX, acontece o grande “Ressurgimento” -como os galegos chamamos- a essa Renascença que véu a confirmar e legitimar a Galiza como nação, voltando a olhada cara Portugal e reconhecendo-se na cultura comum. Com o chamado Provincialismo (liberalismo republicano) na Galiza, o seu líder, Antolím Faraldo, teorizou sobre uma demografia forte, capaz de aglutinar uma grande urbe, imitando a Lisboa; um formato de contensão demográfica

que frenara a emigração galega tão organizada pelo Estado espanhol, como meio de exploração da sociedade galega.

O Provincialismo calhou na intelectualidade juvenil, que se definiram como republicanos, liberais e federalistas, que frequentam a Universidade de Santiago de Compostela, sendo os mentores do futuro nacionalismo galego. O poeta Francisco Anhom e Faraldo intervieram na Revolução galega de 1846, de matiz independentista, revolta que coincidiu coa Revolução portuguesa de Maria da Fonte que se deu na região do Minho contra o cabralismo. Anhom teve que exilar-se em Portugal e véu a ser o primeiro contato político com Portugal, ainda duma maneira efémera, mais os elogios a Lisboa e a Camões demandavam atenção aos galegos e aos mais de quinze mil aguadeiros e moços de fretes galegos que estavam em Lisboa. Se diz de Francisco Añón foi o precursor do Ressurgimento, pessoalmente não estou certo disto; mas ele esclareceu muito dessa aproximação entre portugueses e galegos.

Mas os que fundamentaram o Ressurgimento literário na Galiza, foram Rosalia de Castro (1837-1885), Eduardo Pondal (1835-1917) e Manuel Curros Enríquez (1851-1908). Estas três grandes figuras do ressurgir galego, apelaram a uma toma de consciência para reconhecer-se mutuamente com Portugal. Por tanto, Rosalia de Castro, a nossa poeta nacional, manifestou assim aos submissos galegos sob o jugo da autárquica de Castela, em estes versos:

“Foi a Castela por pão,
e saramagos lhe deram;
deram-lhe fel por bebida,
peninhas por alimento.

Deram-lhe, enfim, canto amargo
tem a vida no seu seio...
Castelhanos, castelhanos,
tendes o coração de ferro!”

Mais já no conceito do espírito colonizador da Espanha, com as diversidades culturais e idiomáticas como a Catalunha, a Galiza e o Pais Basco, Rosalia, com respeito à Galiza foi muito contundente:

“Pobre Galiza, não debes
chamar-te nunca espanhola,
que Espanha de ti se olvida,
quando és, tão formosa.

(...)

Galiza, tu não tens pátria,
tu vives no mundo sozinha,
e a prole fecunda tua
espalha-se em errantes hordas”.

No que respeita a Rosalia, no contexto da reivindicação da cultura comum, fez um poema um ano antes do seu falecimento, evocando duas figuras enormemente históricas e líricas, Inês de Castro e Camões. Inês era galega e Camões era neto de galego que fugiu da Galiza para

Portugal, por ser partidário da incorporação da Galiza ao legítimo reino de Portugal, frente aos interesses do rei de Castela que a tinha sometida. Estes dois personagens desfilam pelos versos rosalianos, desta maneira:

“Tu, pobre dona Inês, mártir de amor
e tu Camões da inveja empeçonhada.
Pesam dos génios na existência dura
Tanto a fama e as glórias quanto as lágrimas.

Tu [Camões] acabaste olvidado e na miséria
e hoje és gloria da altiva Lusitânia,
ó peta imortal, em cujas veias
nobre sangue galego fermentava!”

O que hoje entendemos os galegos por lusofonia teve consenso de iniciativa no triunvirato ressurgista, Rosalia, Pondal e Curros, que propiciaram esse encontro com a comunidade perdida. Rosalia, celebrada em Portugal pelo seu portento de união das raízes separadas por quatro séculos. A Rosalia no sentimento e reconhecimento dos poetas portugueses, como manifestou Sofia de Mello Breyner Andersen, admirando a estátua de Rosalia que tem no Porto, diz assim:

“Trata-a o céu azul como uma irmã
Interior às vocês celebradas
Mas alheia ao rumor da vida vã”.

Eugénio de Andrade, em um poema dedicado a Rosalia, diz:

“Esta névoa flutua
como no poema de Blake
sobre a terra molhada.
Terra que prolonga a minha,
onde a pobreza trabalha
cada leira, cada palavra”.

“Terra que prolonga a minha”, diz o Eugénio, que reconhece a nomenclatura geográfica da antiga união de Portugal coa Galiza. Esse patrimônio memorial e imaterial que coroa a Rosalia de Castro é extensível ao Brasil, onde houve e há poetas relevantes que reivindicam a universalidade lusófona de Rosalia. O poeta Gilberto Mendonça Teles, no seu poemario: “A Raiz da Fala” (1972), no poema “Paisagem galega”, evoca:

“De dentro, pelo vidro
outrora transparência,
Rosalia se olvida
da chuva e se concentra

no barco que existia
contra o céu, contra o vento,

na curva de algum dia
e de algum mar, no centro”.

Mais esse universal reconhecimento que nos chegou aos galegos desde Brasil, evocando a Rosália, veio de outra grande e apoteótica poeta: a grande Cecília; a grande Cecília Meireles! Que soube recompor a figura e a dimensão da poeta nacional da Galiza como nos mostra no poema “Rosalia” e que Cecília Meireles faz irmandade com o peso da tradição da língua comum que unifica ao Brasil com a Galiza e as demais comunidades lusófonas. Vou a ler integralmente esse poema de Cecília, que diz assim:

“Irmã, irmã
de amar e de entender,
de querer ressuscitar
e conhecer
pessoalmente,
só Rosalia
(E que Santa Teresa me perdoe),
mas é assim,
naturalmente...
tratando-se de poesia
e não de santidade.
Rosalia desperta
a fala dos antigos Cancioneiros
que nos alimentaram
na infância da literatura
nossa.
E essa linguagem
dos trovadores
guarda um perfume familiar,
como os linhos nas arcas.
Ouve-se Rosalia
e logo a tradição se recompõe:
a casa,
a janela,
a árvore,
a fonte
e o amor a essas coisas da terra e da vida
E parece impossível
que essa mulher tivesse nunca escrito;
tão viva é a sua voz
como se ela estivesse
para sempre “falando”
E falando para sempre ficará!”

Pouco ou nada resta por dizer, ante a tamanha ilustração de Cecília que nos leva ao inicial da palavra que as comunidades lusófonas utilizamos, à convivência do verbo comum dos

Cancioneiros e dos trovadores que Cecília Meireles nos sugere nos acentos poéticos de Rosalía de Castro. Mas ainda no Brasil podemos encontrar a muitos poetas que lembram em seus versos à poeta galega. Outro dos suportes para identificar as concorrências de Rosalia no Brasil é a edição bilingue, titulada: “A rosa dos claustros”, antologia de duzentas e vinte páginas, com tradução e notas do Professor Doutor Andityas Soares de Moura, publicada em 2004, dando continuidade a uma voz necessária da poesia galega no Brasil. Ainda que não conste nem figure no Museu da Língua em São Paulo, mais a intelectualidade brasileira não esquece o talento da maior dos poetas da Galiza.

Outro dos pilares do Ressurgimento literário galego, da segunda metade do século XIX, foi sem dúvida Eduardo Pondal, junto a Manuel Murguía, esposo de Rosalía de Castro, foi quem ressuscitou celtismo, como recurso identitário da nação galega pré-romana. Pondal, autor do hino galego e chamado o bardo celta, recobrou os sons longínquos dos mitos celtas irlandeses, que ele integrou na sua poesia.

Mas o que nos interessa de Eduardo Pondal é a unificadora ideia de reativar a união entre galegos e portugueses. Nesta direção encontramos uma série de apelos para reconhecer-nos na pátria comum e unificar-nos na língua, como ele esclarece em estes versos:

“Sim... dos filhos do Luso,
que apartados estão
por real estultícia
da gloriosa mãe,
o pastor, bom e forte,
algum dia serás
que a tribo vagarosa
ao deixado clã,
o descarrilado gado
que agora errando está,
ao redil antigo
gloriosa volverás”.

A reiteração de Pondal, prossegue com fidelidade à ideia unificadora, apresentando-nos um dos recursos mais interessantes da pré-história celta e da Suévia medieval, que para ele abraçam todas as incontínuas de soberania e independência de povo unido e conformado por portugueses e galegos, assinalando:

“À nobre Lusitânia
os braços tendem amigos,
aos eidos bem antigos
com uma pungente ânsia;
cumprindo as vaguidades
dos teus soantes pinheiros
duns mágicos destinos,
ó grei de Breogão!”

Pondal apresenta-nos ao mítico Breogão, o forte e justiceiro guerreiro celta, patrão das liberdades galegas, assim é como aparece reiteradamente na poesia cívica e patriótica de Pondal. Breogão é a figura messiânica e redentora da Galiza e de Portugal, segundo o poeta. A figura épica de Breogão, era para Pondal o protótipo dum personagem futuro que liderasse ao povo galego em revolta contra os poderes espanholistas e colonizadores da Galiza, e unindo a esta com Portugal. Essa ideia pondaliana tem um bocado de messianismo sebastianista. Os seguintes versos esclarecem a divisão e unificação da pátria comum:

“Varreram os limites
do povo galego,
dos filhos do Luso
os laços rompendo,
borraram os nomes
dos pátrios eidos...

Mais não borraram a fala,
mais não borraram o génio,
mais não borraram o espírito
dos fortes galegos”.

Pondal, no poema “A fala”, robustece a ânsia de ter uma pátria liberada e as recorrências a essa unificação com Portugal, valendo-se de Camões, quando diz:

“Serás épica tuba
e forte e sem rival,
que chamarás aos filhos
que além do Minho estão,
os bons filhos do Luso,
apartados irmãos
de nós por um destino
invejoso e fatal.
Com os robustos acentos,
grandes, os chamarás,
verbo do grande Camões,
fala de Breogão!”

A tutela de Camões e Breogão são persistentes nos versos de Pondal; o mito e a realidade conformam a cronologia do passado e do presente na crença do poeta. Camões foi o ícone reverenciado pelos poetas do Ressurgimento galego, sobre tudo por Pondal, que o carrega de entusiasmos libertadores, como em estes versos:

“Da Lusitânia a voz
os esforçados peitos;
do robusto Camões,
os sublimes afeitos.
Dum destino glorioso certamente:

da boa Lusitânia da voz e dos feitos
famosos; da Galiza a musa ardente”.

Por último esta encomenda aos galegos, de perseverar em Camões:

“Abraçardes-vos contentes
desses vossos nobres soes,
sonoros e rabugentos;
que são os vossos acentos,
os acentos de Camões”.

Luiz de Camões salientou essa esperança de representar-nos e recobrar a voz dos antigos Cancioneiros, na intenção dos ressurgistas que ajudaram à divulgação e normalização de Camões na Galiza. Até o ponto que Pondal imitou aos temperos épicos camonianos no seu poemario: “Os Eoas”, e seguem este caminho, outros inflamados seguidores de Pondal e Camões, como foi Florêncio Vaamonde Lores, autor de “Os Calaicos” entre outros muitos epígonos do épico português.

Outro dos grandes da poesia galega integrado no Ressurgimento literário, foi Manuel Curros Enríquez, natural de Celanova, um povo não longe da fronteira minhota portuguesa. Jornalista, democrata republicano e federalista e, sobretudo, anticlerical. Curros foi o poeta das liberdades e do progresso na Galiza, que invocou as infraestruturas industriais e comerciais, como vemos no poema dedicado a primeira locomotiva que passa por Ourense, a sua província natal, dedicando-lhe estes versos:

“Velai vem, velai vem tão ufana,
tão milagrosa, com passo meigo,
ela parece uma Nosa Senhora,
uma Nossa Senhora de Ferro.

Detrás dela não vão
abades nem padres;
mais vem a fartura
e a luz e o progresso!”

Curros Enríquez virado cara os grandes escritores republicanos portugueses da Geração do Setenta, do século XIX, veio a contribuir a um novo vínculo, entre a cultura galega do Rexurdimento e os intelectuais republicanos de Portugal. Parece que seu primeiro contato foi com António Feijó, poeta e embaixador de Portugal em Estocolmo, natural de Ponte de Lima, muito perto da fronteira com Celanova, com ele emergiu Curros em suas relações com os grandes vultos da literatura portuguesa integrados no grupo dos “Vencidos da Vida”. Chegando a conhecer a Eça de Queiroz, Antero de Quental, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro. Curros Enríquez teve grande admiração e longa amizade com Junqueiro, até o ponto de se converter em seu seguidor. Os poemas anticlericais de Curros são inspirados nos e Junqueiro. “A velhice do padre eterno” levou a Curros a escrever, o poemario paralelo: “O divino sainete”, uma crítica contra o clericalismo, onde aparecem dois protagonistas nos

ambientes do Vaticano, o papa Leão XIII e Añón, o poeta galego, que espia as instancias da Santa Sê e revela as malfeitorias do papa.

Nas numerosas cartas que Curros envia a Antón Feijó, vemos a admiração que sente por Junqueiro, onde ele o considera o melhor poeta da língua portuguesa e um dos melhores do mundo. Curros evoca em um jornal madrileno a Junqueiro, duma maneira muito sensível, ao dizer: “Guerra Junqueiro es el poeta de los desheredados, de los irredimidos, de los que sufren y de los que esperan. Su alma generosa se identifica con todos los dolores humanos, siente las desventuras del pueblo como otras tantas heridas abiertas en su propio corazón”. Pela rota junqueirista encontramos a Curros divulgando a literatura portuguesa. Por um lado, cara a literatura galega; por outro, cara a literatura espanhola, traduzindo para o espanhol a seus amigos poetas portugueses, como Guerra Junqueiro, naturalmente, Teófilo Braga e Antero de Quental, numa primeira entrega, que ele titula: “La Lira Lusitana (Poemas portugueses originales de los mejores vates contemporáneos). Também traduz a famosa obra teatral de Pinheiro Chagas, titulada: “A Morgadinha de Valflor”, que na versão espanhola, troca o título original pelo de “La Condesita”. Por tanto, o que hoje entendemos por lusofonia tem na obra divulgadora de Curros Enríquez a um dos iniciadores mais eficazes da mesma, que mostrou aos receosos espanhóis de língua castelhana, que Portugal tinha esse portento criativo que eles desprezavam. Sobre este asunto decia Curros: “España no se toma el trabajo de traducir el portugués; si acaso, plagia”.

Manuel Murguía, esposo de Rosalía de Castro, publicou em 1885, ano da morte de Rosalía, um livro, titulado: “Os Precusores”, onde figuram outros mecenas menores aos nomes de Rosalía, Pondal e Curros, que fertilizaram a seara das letras, das artes e do patriotismo galego que tinha crescido com os três vates. Em essa seara granaram espigas que fecundaram a nossa Terra com frutos literários e nacionalistas que foram um dos atributos do Rexurdimento, abrindo em outras gerações a inquietude defensiva e os valores tradicionais da Galiza. O pangaleguismo, a lusofonia, o direito a decidir e falar o nosso idioma, foram argumentos para que em 1916, se criaram “As Irmandades da Fala”. Seu promotor foi Antón Villar Ponte, com o fim de potenciar e defender o nosso idioma e dando corpo ao nacionalismo político. Por tanto, as “Irmandades da Fala” colocaram à Galiza em um novo contexto que supera as teses do Rexurdimento, das quais bebia.

Na Assembleia Nacionalista de Lugo, Villar Ponte expõe vários pontos do seu Pangaleguismo. No primeiro deles, diz o seguinte: “A Galiza tem que considerar a Portugal, pois elo é axiomático, como o baluarte da sua independência, a Galiza não perderá jamais as essências de uma personalidade própria”. O terceiro ponto, diz: “A Galiza considera que ela com Portugal forma nação completa, retalhada pelo fatalismo histórico”. Em outros conteúdos sobre esta matéria, Villar Ponte escreveu: “Contemplando objetiva e serenamente um mapa da Península Ibérica veremos que a Portugal lhe falta a cabeça e a Galiza o corpo, que representam respectivamente esta e aquele ao longo da faixa geográfica do Noroeste ibérico que produziu uma língua comum e uma cultura de características análogas”.

Além do fervor sentimental galeguista, dos membros das “Irmandades da Fala”, inaugura-se um período muito amplo, com relação à restituição dos valores comuns que durante os séculos escuros de assimilação castelhana foi perdendo a Galiza. Por tanto, percebemos que os

irmandinhos da fala projetaram uma ideia certa, isenta de retórica, uma confirmação de aspirar as liberdades plenas da Galiza estabelecendo uma aliança de afinidade e de intenções teóricas com Portugal. Um projeto amplo que os governos republicanos de Portugal desestimaram, devido ao tradicional medo de intervenções militares por parte da Espanha. Ainda estava na mente dos portugueses a intervenção militar espanhola de 1913 invadindo a cidade de Chaves, perto da fronteira com a Galiza, como advertência aos republicanos que instigavam a monarquia espanhola. Tampouco esqueciam os portugueses a tese de licenciatura militar, como tenente, de Francisco Franco em 1912, o futuro ditador de Espanha, que ele tituló: “Como invadir Portugal em 28 días”. Por tanto as elites do poder lisboeta eram temerosas a essas ameaças e o povo reiterava o refrão: “Da Espanha, nem bom vento nem bom casamento”.

O valioso aporte do jovem filósofo galego, da escola kantiana alemã, Xohán Vicente Viqueira, ás “Irmandades da Fala”, foram muito oportunas ao reiterar que a cultura galega tinha que virar cara a cultura portuguesa e brasileira, pela simpatia que eles tinham pela galega. Dizia ao respeito: “Se nós empregamos a ortografia histórica galaico-portuguesa teremos salvado a dificuldade que separa as duas línguas e daremos ao galego um carácter mais universal, fazendo-o acessível ao maior número de pessoas”. Por tanto, Viqueira foi dos primeiros que utilizou a grafia oficial portuguesa na Galiza.

Nos primeiros anos das atividades das Irmandades da Fala, um dos grandes deste movimento, Vicente Risco, perguntava-se: “Eu quisera saber que é o que tem de galega a nossa Universidade: nem a língua, nem a literatura, nem a história, nem a geografia, nem a economia, nem os costumes jurídicos, nem nenhum dos aspectos da vida galega é lá objeto de estudo. A Universidade de Compostela é uma Universidade castelã colocada na Galiza. Todos os estabelecimentos de ensino que temos são estabelecimentos de ensino castelã colocados na Galiza”. Ante estas considerações, Vicente Risco publicou em 1918 o livro: “Teoria do Nacionalismo Galego”, todo um tratado que abriu portas a esse tecido teórico-administrativo sobre uma Galiza independente e com Estado próprio. Um tratado que detesta do colonialismo espanholista dentro das entranhas da Galiza. Risco, em este tratado, entra em considerações sobre Portugal, desta maneira: “O galego e o português são duas formas dialetais do mesmo idioma: isto indica que nós temos um maior parentesco com Portugal do que com Castela”.

Os intelectuais militantes das “Irmandades da Fala”, sobre tudo os da província de Ourense, criaram em 1920 a revista “Nós”, de estudos galegos que dá nome a esplendorosa “Xeneración Nós”, de um enorme percorrido pela descoberta das coisas e das autenticidades galegas. Digamos que a pesar da ditadura de Primo de Rivera (1923-1930), estes intelectuais tiveram um enorme desenvolvimento na toma de consciência do povo galego, ao fomentar conexões com intelectuais portugueses como Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, etc. Na revista “Nós” publicaram-se artigos, entrevistas com escritores brasileiros e portugueses, onde havia uma seção dedicada à divulgação da literatura lusófona de criação, procedente do Brasil e de Portugal.

Por tanto, estamos a falar duma geração que tratou de recompor esse puzzle, de uma Galiza fragmentada e esquecida pelo poder centralista. Dessa geração xurdiu o grande líder do

nacionalismo galego, Afonso Daniel Rodríguez Castelao (1886-1950), médico, pintor e desenhador que se ocupou de pintar a Galiza marginada e os padecimentos das classes populares e, também, da opressão nacional galega. Não podemos entender a Galiza atual sem ler o tratado: “Sempre en Galiza”. Castelao está considerado como o pai da pátria galega, como tampouco podemos entender o nosso país sem ler: “Cantares galegos” de Rosalía, a mãe da pátria galega, a que diz que a Galiza não deve chamar-se espanhola.

Na “Xeneración Nós” fermentou-se o Partido Galeguista e com a chegada da II República espanhola em 1931, teve 4 deputados no Congresso dos Deputados em Madrid, que foram Castelao, Otero Pedrayo, Villar Ponte e Suárez Picallo. Continuemos desvelando a figura de Castelao e seu impacto político e cultural na lusofonia. Em 1930, Castelao publica um livro, titulado: “Nós” que é um compendio de desenhos que ele fez durante o decênio de 1920, um destes desenhos, o titula: “Á beira do Minho”, no qual observamos a um velhote e a um menino, este lhe pergunta: -“E os da banda de lá, são mais estrangeiros que os de Madrid”, e diz Castelao que não se soube o que lhe respondeu o velho. Castelao rastejou, vivenciou, amigou com portugueses consolidando descobertas da história comum e matizando sobre ela e também concedendo um papel importante à cultura. Evidentemente, não vou a citar tudo o que ele diz de Portugal e da lusofonia. Mas há algo substancial e universal que não nos deixa indiferentes a galegos, portugueses e brasileiros, a saudade. Esse sentimento que só galegos e portugueses temos na península Ibérica e que o resto dos espanhóis não percebem. Castelao nos remete às cantigas de amor e de amigo dos Cancioneiros medievais, passando por Camões e grande parte dos quinhentistas portugueses; do lado galego a grande Rosalía que também nos remete ao grande monumento literário dos Cancioneiros. Quando Teixeira de Pascoaes, por antonomasia o grande saudosista português, que marcou essa presença saudosista no seu livro poético: “Marános”, o dedica à Galiza e a Rosalia com estes versos:

“Galiza, terra irmã de Portugal,
Que a divina saudade transfigura,
(...)
Altar de Rosalia e da Ternura,
Dedico-te estes versos, que uma vez,
Compuz, em alto cerro montanhês”.

Pascoaes nunca esteve na Galiza, estando tão perto dela, mais o seu paço de Amarante era um santuário de peregrinação para os galegos da “Geração Nós”. Entre os intelectuais galegos e Pascoaes houve uma difusão muito ativa que deu resultados positivos na relação com Portugal de entre Douro e Minho, sendo os habitantes deste espaço geográfico os que mais nos compreenderam, chamando-nos galegos e não espanhóis. Tanto Pascoaes como Castelao tinham uma visão panteísta, que vinha a ser o primórdio de esse sentimento e comunhão que só brasileiros, portugueses e galegos percebemos. Dizia Castelao: “A visão da paisagem crepuscular é o melhor estímulo da Saudade”. Então a saudade é um dos atributos que nos confere dependência a nossa personalidade como galegos, brasileiros e portugueses.

No “Sempre en Galiza” de Castelao estão frequentes menções ao Brasil, cito algumas delas: “O galego é um idioma extenso e útil, porque -com pequenas variantes- fala-se no Brasil, em Portugal e nas colónias portuguesas”. Quando o Estado centralista espanhol queria ter a

exclusivismo da hispanidade em América, excluindo ao Brasil porque não falava o castelhano. Castelao pergunta-se ante tamanha discriminação: “É que o Brasil não é um povo hispano pelo feito de não falar a língua de Castela? Cuidado! Porque para ser filho das entranhas de Hispânia basta com falar português, como bastaria com falar catalão, vasco ou galego”. Quando Castelao regressa de Paris, em 1947, onde exerceu como ministro da República espanhola no exílio, representando a Galiza, quando o navio entra em águas brasileira, Castelao manifesta na sua crónica de viagem: “Logo arribamos às costas do Brasil, onde os seus habitantes falam um idioma nascido e criado na Galiza, ainda que todos, se empenhem em chamar-lhe português. Não há dúvida que a língua, como veículo de cultura ou como elemento de invasão política, tem mais importância que nenhum outro atributo da nacionalidade, pelo que convém ponderar o valimento dos idiomas”.

Quando chega a Rio de Janeiro o invade a saudade ao sentir os tons e os sons da língua comum que se fala no Brasil, e escreve: “Com esta vão lá sete vezes que passo por Rio de Janeiro. Os monstros geológicos que guardam a baía são os mesmos de sempre, mas cada vez que os olhos parecem outros. Também as ideias mais firmes tomam o tinte das novas circunstâncias”. Castelao admirou o Brasil intercultural e a dimensão racial baixo a convivência ordenada dum idioma comum. No álbum de desenhos, titulado: “Desenhos de negros”, manifestou essa interculturalidade na dança da capoeira, quando ele desenhava aos dançarinos negros de Rio.

Castelao foi a grande coluna da consciência patriótica e social galega, do Pangaleguismo e da comunidade falante, do que atualmente reconhecemos como lusofonia. Como deputado na II República espanhola lutou pelo Estatuto de Autonomia da Galiza que foi plebiscitado por uma grande maioria do povo galego, o 28 de junho de 1936, ontem fez 81 anos. Um Estatuto frustrado pelo golpe de Estado fascista, dado o 18 de julho de 1936, dia em que se iniciou a guerra civil espanhola que durou 3 anos. Assim a ditadura de Franco durou quarenta anos, e a Galiza, como o resto de Espanha, permaneceu silenciada.

Em 1977, já com uma constituição democrática, começa uma reconquista das liberdades perdidas na Galiza, e a cultura teve e continua tendo um papel muito especial em tudo o relacionado com a língua e a cultura. Nas livrarias galegas -já na última década do franquismo- houve depósito de livros portugueses e brasileiros. O leitor galego consciencioso de que o português forma parte da sua língua, renunciou a ler autores brasileiros e portugueses traduzidos ao espanhol, passando a mercar livros em escrita original. No planeamento universitário criaram-se departamentos de língua galego-português, que véu a incrementar um grande número de professores que optaram por escrever totalmente em português, conhecidos por reintegracionistas, que contam com potentes infraestruturas de divulgação e, mesmo, com a “Academia Galega da Língua Portuguesa”, com sé em Santiago de Compostela. Há uma série de escritores galegos, de ótima criatividade, que escrevem unicamente em português. Os espaços mais potentes dos reintegracionistas, os localizamos em A Corunha, Compostela e Vigo. Contam com uma revista digital: “Palavra Comum”. Toda esta mobilidade deve-se a uma toma de consciência por parte duma geração de galegos que passam pelas aulas universitárias, principalmente pelas de filologia. Neste labor de aproximação, entre as duas versões da língua comum, a galega e a portuguesa, há duas enormes figuras que trataram de explicar, acreditando na homogeneidade duma só língua original com respeito a Galiza.

Estes foram Manuel Rodrigues Lapa (1898-1989), do lado português e Ricardo Carvalho Calero (1910-1990), do lado galego. Rodrigues Lapa dizia: “Na Galiza estão as nossas mais profundas raízes. A nossa língua é radicalmente a mesma, há um problema de recuperação literária do galego a ser resolvido naturalmente com a ajuda do português, que é a verdadeira língua de cultura. Nisso também me tenho empenhado. Cinjo na minha atividade de escritor, as três dimensões da nossa cultura, que são cronologicamente a galega, a portuguesa e a brasileira (...). Convenci-me inteiramente de que, para nos conhecermos bem, teremos de conhecer a Galiza, onde está a nossa mais profunda raiz (...). Nunca deixei de me ocupar da Galiza, que é para mim um vício e uma necessidade; e também um dever moral”.

Ricardo Carvalho Calero, ocupando a cátedra de Linguística e Literatura Galega, na Universidade de Santiago de Compostela, recolheu e potenciou a herança dos autores literários do Ressurgimento e as teses de Rodrigues Lapa. Assim foi como fomentou o movimento reintegracionista na Galiza. Por tanto, estas duas figuras paralelas no consenso da língua, a de Lapa e Calero, consolidaram a investigação linguística comum e confirmaram, uma vez mais, que a Galiza forma parte do bloco falante lusófono, e nada tem a ver com o bloco linguístico castelhano.

Em este sentido e apelando ao título desta palestra: “A Cultura Galega e a Lusofonia”, a cultura galega está hoje dentro dum enquadramento nada superficial, com respeito à lusofonia. Há uma série de contatos permanentes com Portugal e com o Brasil, muito importantes. Neste sentido quero apontar que há uma predisposição muito forte e generosa por parte da Galiza cara Portugal, e menos de Portugal cara a Galiza. Por parte do Brasil há um sincero interesse por parte de diversas pessoas e estamentos culturais brasileiros que fazem destaque da cultura galega. Ora em estudos e instâncias universitárias, como a presente, aqui na Universidade Unicentro de Guarapuava. O Brasil com tudo o seu potencial cultural e consciente da língua que fala, fez um grande esforço no reconhecimento e divulgação de tudo aquilo que faz destaque da cultura galega.

Já chegando ao fim desta palestra, queria sublinhar o descontentamento que os poetas manifestaram contra as injustiças aplicadas por Castela na Galiza. O trovador do século XIII, João Airas de Santiago, proferiu esta advertência:

“Se a justiça não me val
Ante Rei tão justiceiro
Ir-me-ei ao de Portugal”.

Na história defensiva do povo galego sempre foram os poetas e não os políticos os que propiciaram as liberdades civis e patrióticas e deram um passo à frente, no reconhecimento da lusofonia. Pois, a nossa língua comum com as suas diferenças léxicas, fonéticas e gráficas, que detetamos na Galiza. Portugal, Brasil e os países africanos de língua portuguesa, convivem e conformam um sólido bloco idiomático lusófono, ao qual pertence a Galiza.

O nosso idioma amado e defendido por poetas da Galiza, Portugal e o Brasil, manifestaram amor e reconhecimento. Três evocadores exemplos. Desde a Galiza, manifestou o seguinte o poeta Manuel María:

“Há que defender o idioma como seja:
Há que defender a fala em luta reja
com tanques, aviões e a punhadas”.

Florbelá Espanca, desde Portugal, oferece este louvor a nossa língua comunal:

“Passam no teu olhar nobres cortejos,
Frotas, pendões ao vento sobranceiros,
Lindos versos de antigos romanceiros
Céus do Oriente, em brasa, como beijos”.

Mais o elogio mais profundo e emotivo ao nosso idioma comum, compêndio de todos os louvores possíveis, encarna-se no soneto do poeta brasileiro, Olavo Bilac, que titula: “Língua Portuguesa”, que vem a ser o monumento mais inteiro no que se descreve a autenticidade e o amor pela língua própria. Permitam-me ler as duas primeiras estrofes:

“Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto canglor, lira singela,
Que tens o trono e o silvo da procela,
E o arrollo da saudade e da ternura”.

Se a língua é o verbo existencial e expressa a nossa identidade cultural, então confirmo e afirmo o que diz Fernando Pessoa: “A minha pátria é a língua portuguesa”. Mais como galego ainda acrescento: a minha pátria é a língua galaico-portuguesa-brasileira e a que se fala nos continentes de África e Ásia.

Sobre este assunto, termino com os versos do quinhentista português, António Ferreira:

“A língua é alma envolvente
Da Pátria de todos nós.

Floresça, fale, cante, ouça e viva
A Portuguesa língua e já onde for,
Senhora vá de si, soberba e altiva”.

Nota: Este foi o texto da palestra pronunciada na Universidade Unicentro de Guarapuava (Estado do Paraná, Brasil) no encerramento do “Acervo Internacional Xosé Lois García”, em 29 de junho de 2017.